

## ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

**FINALIDADE:** Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

**APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP):** O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram aprovados por ato do Superintendente Regional 6ª Superintendência Regional da Codevasf, conforme consta do Processo 59560.000104/2026-69-e.

### JUSTIFICATIVAS

#### OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia de apoio à fiscalização de contratos, convênios e termos de compromissos na área de hidrogeologia de poços, serviços não continuados e com dedicação exclusiva de mão-de-obra, nos municípios da área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no estado da Bahia.

Esclarece-se que o objeto desta licitação refere-se à contratação de equipe técnica especializada para atuação na área de hidrogeologia de poços, caracterizando-se por atividades específicas e diferenciadas de outras licitações conduzidas no âmbito da 6ª Superintendência Regional, cujo escopo principal concentra-se em serviços topográficos e controle tecnológico da qualidade de obras de pavimentação.

O certame contempla atividades especializadas, tais como perfilagem óptica, análise e reexecução de ensaios físico-químicos e bacteriológicos da água, bem como o acompanhamento técnico de sua execução, demandando profissionais com formação e competências técnicas específicas. Dessa forma, o objeto desta licitação possui caráter claramente especializado, assegurando a contratação de profissionais capacitados e a entrega de resultados com elevado padrão técnico.

#### DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A contratação justifica-se pela atuação da Codevasf na promoção do desenvolvimento regional integrado e sustentável nas bacias hidrográficas sob sua competência, com foco na redução das desigualdades regionais. No âmbito da infraestrutura hídrica, a Companhia desenvolve ações voltadas à ampliação e à universalização do acesso à água e ao saneamento, em consonância com as políticas de convivência com a seca e com o aprimoramento das operações hidroagrícolas. Essas ações estão alinhadas ao Planejamento Estratégico 2025–2030, que estabelece como objetivo estratégico a universalização do acesso à água e ao saneamento (OE8), incluindo a perfuração e instalação de poços tubulares para múltiplos usos, bem como ao Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, especialmente ao programa temático de Recursos Hídricos (2221).

A Codevasf tem realizado uma expansão acelerada de sua área de atuação. No âmbito da 6ª Superintendência Regional (6ª SR), essa ampliação resultou na cobertura territorial de 27 para 205 municípios entre 2018 e 2020. Esse cenário impôs desafios significativos ao corpo técnico da Companhia, decorrentes do aumento do número de contratos e serviços simultâneos a serem executados e fiscalizados, aliado à dispersão geográfica das frentes de trabalho. Tal incremento de demandas está diretamente relacionado ao crescimento dos recursos discricionários alocados à Codevasf pela União, bem como aos recursos provenientes de emendas parlamentares, cuja liberação, distribuição territorial e montantes

apresentam caráter variável e não contínuo, ocasionando incrementos temporários na necessidade de fiscalização técnica.

Adicionalmente, observa-se que contratos vigentes de execução de poços tubulares apresentam saldo contratual remanescente, decorrente de poços improdutivos ou executados em profundidade inferior à prevista, situação decorrente das incertezas geológicas do objeto. Essa disponibilidade financeira, passível de utilização por meio de termos aditivos, pode levar à ampliação das metas físicas contratuais, aumentando eventual e temporariamente o volume de obras e serviços a serem fiscalizados na área de atuação da 6ª Superintendência Regional.

O quadro de servidores técnicos graduados embora tenha sido ampliado nos últimos anos, sua capacidade ainda se mostra insuficiente diante do incremento temporário do volume de serviços de fiscalização em sua ampliada área de atuação. Ademais, a Codevasf não dispõe de equipamentos específicos necessários à adequada supervisão das atividades de perfuração e instalação de poços, tais como instrumentos de perfilagem óptica e de ensaios de análise físico-química e bacteriológica da água, o que compromete a execução de inspeções técnicas especializadas. Esse contexto evidencia a imprescindibilidade da presente contratação para assegurar o cumprimento das metas institucionais finalísticas, garantindo os princípios administrativos da eficiência, economicidade e razoabilidade.

Assim, considerando que a Codevasf não possui corpo técnico e estrutura suficiente para a realização dos trabalhos objeto deste TR, no local e nos prazos estabelecidos, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e à supervisão técnica. Os serviços são caracterizados como não continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, proporcionando suporte técnico à equipe da Codevasf e visando à eficiência e efetividade na fiscalização e acompanhamento de contratos, convênios, termos de compromisso de obras e serviços de engenharia, nos municípios sob a área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf no estado da Bahia.

Complementamente, a presente contratação encontra respaldo no disposto no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, especialmente em seu art. 4º, que estabelece que, nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista controladas pela União, não serão objeto de execução indireta os serviços que demandem a utilização, pela contratada, de profissionais com atribuições inerentes às dos cargos integrantes de seus Planos de Cargos e Salários, exceto quando tal vedação contrariar os princípios administrativos da eficiência, da economicidade e da razoabilidade. No caso em análise, verifica-se a ocorrência da hipótese prevista no inciso II, art 4º do referido dispositivo, uma vez que apresentam demandas variáveis relacionadas ao incremento temporário do volume de serviços devido ao atual volume de contratos e frentes de fiscalização. Dessa forma, a contratação de empresa especializada mostra-se medida adequada e compatível com o ordenamento jurídico aplicável, garantindo o atendimento eficiente das demandas institucionais.

A contratação se dará por meio de módulos, sendo definido **um módulo mínimo obrigatório**, com a possibilidade de contratação de módulos adicionais conforme a necessidade operacional da Superintendência e sua disponibilidade financeira.

Os serviços demandados destinam-se prestação de serviços comuns de engenharia, definidos no art. 6º, inciso XXI, alínea "a" da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, e conforme disposto no Decreto 9.507/2018, na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da

Codevasf – RILC e nas demais disposições a serem estabelecidas no Edital e seus Anexos, sendo necessários ao bom andamento dos serviços de fiscalização no âmbito da 6ª SR.

Esta contratação permitirá um melhor gerenciamento dos serviços prestados, atendimento a demandas de contratos já firmados e contratos futuros, minimizando os riscos de eventuais prejuízos à administração pública e/ou de comprometimento da qualidade dessas atividades.

#### **DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA:**

Conforme estabelecido no Art. 5º, § 2º, do Decreto nº 12.174/2024, na contratação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a orçamentação deve considerar na planilha de custos e formação de preços, os valores definidos na convenção coletiva, no acordo coletivo de trabalho ou no dissídio coletivo adequado à categoria profissional. Ademais, no Anexo I da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, define-se salário como “valor a ser efetivamente pago ao profissional envolvido diretamente na execução contratual, não podendo ser inferior ao estabelecido em Acordo ou Convenção Coletiva, Sentença Normativa ou lei. Quando da inexistência destes, o valor poderá ser aquele praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente.”

Desse modo, reconhece-se que a adoção de convenção, acordo ou dissídio coletivo é a regra geral, que busca assegurar os direitos trabalhistas e evitar propostas economicamente inexecutáveis. Contudo, a legislação, a doutrina, a Assessoria Jurídica da Codevasf (Parecer Jurídico 255/2024) e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) admitem, em caráter excepcional e desde que tecnicamente justificadas, a adoção de remuneração superior aos pisos estabelecidos na convenção coletiva, no acordo coletivo de trabalho ou no dissídio coletivo adequado à categoria profissional. Cenário que pode ocorrer quando a natureza, especificidade e peculiaridade do serviço exigir profissionais com qualificação diferenciada, devidamente comprovada e compatível com os valores praticados no mercado para atividades similares, nos termos do entendimento consolidado pela Corte de Contas.

O objeto da contratação é classificado como serviço comum de engenharia, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis no instrumento convocatório. Todavia, essa classificação não afasta a necessidade de que os profissionais alocados apresentem qualificação técnica compatível com as atribuições e com as especificidades dos serviços a serem executados, os quais demandam formação adequada, experiência profissional e domínio de ferramentas e métodos técnicos específicos.

Nesse contexto, embora o piso salarial estabelecido em convenção coletiva de trabalho (CCT), acordo coletivo ou dissídio coletivo constitua referência mínima de remuneração, sua adoção como único parâmetro pode se revelar insuficiente para assegurar a alocação de profissionais com o nível de qualificação exigido. Em geral, profissionais remunerados apenas pelo piso convencional correspondem a perfis em início de carreira ou com atribuições mais genéricas, o que, na prática, pode não refletir a formação, experiência e especialização necessárias para o desempenho das atividades inerentes ao objeto contratado.

No caso específico, o geólogo pleno ou engenheiro geólogo pleno será responsável pela coordenação técnica das atividades e pelo apoio à fiscalização, realizando a caracterização hidrogeológica, geológica, geomorfológica e hidrológica das áreas de atuação, incluindo serviços de fotogeologia e fotointerpretação, avaliação técnica das locações de poços com base no potencial dos aquíferos, acompanhamento da perfuração e verificação da conformidade dos serviços com as normas técnicas aplicáveis. Compete-lhe, ainda, executar e interpretar perfuração óptica de poços, analisar resultados físico-químicos e

bacteriológicos da água, apoiar a obtenção e o acompanhamento da Autorização para Perfuração de Poços (APPO) e demais licenciamentos, além de supervisionar tecnicamente as atividades de campo e elaborar relatórios técnicos. Para o exercício da função, exige-se experiência mínima de 5 (cinco) anos em atividades similares e Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "B", em razão da necessidade de deslocamentos frequentes para acompanhamento de campo.

Complementarmente, o técnico de obras atuará no acompanhamento operacional das atividades em campo, perfilagem subterrânea, conferência de coordenadas geográficas por meio de GPS, verificação de quantitativos e qualidade dos materiais empregados e monitoramento da execução das atividades conforme projetos e especificações técnicas, além da elaboração de relatórios de campo. Para essa função, exige-se experiência mínima de 3 (três) anos em atividades similares e CNH categoria "B".

Por sua vez, o auxiliar de campo prestará apoio operacional às atividades técnicas, colaborando na coleta e registro de dados em campo, medições, registros fotográficos, preenchimento de formulários e organização de materiais e equipamentos utilizados nas inspeções e acompanhamentos técnicos. Além disso, poderá atuar na elaboração de croquis e desenhos técnicos utilizados em boletins de campo e documentos de medição, contribuindo para o registro e a sistematização das informações coletadas durante as atividades de apoio à fiscalização. Adicionalmente, deverá utilizar softwares técnicos específicos, como AutoCAD e outras ferramentas de desenho e análise.

Considerando que tais atividades envolvem análises técnicas específicas e impactam diretamente a correta execução de obras, a gestão de contratos de elevado valor e a qualidade de bens públicos de longa duração, torna-se imprescindível a atuação de profissionais com competência técnica e experiência compatível com a especificidade dos serviços.

Assim, a simples observância do piso salarial previsto em CCT, acordo coletivo ou dissídio coletivo, de forma isolada, pode se mostrar inadequada para atender às exigências técnicas do objeto, podendo comprometer a qualidade dos serviços, o êxito da contratação e, em última instância, gerar prejuízos à Administração, tanto de ordem financeira quanto operacional, decorrentes da execução inadequada das atividades de apoio à fiscalização ou da própria implementação dos poços.

Diante da constatação de que os pisos salariais convencionais da CCT podem não refletir adequadamente o nível de qualificação exigido para o desempenho das atividades objeto da contratação, e considerando a necessidade de estabelecer um patamar salarial capaz de atrair e reter profissionais qualificados, verificou-se que a utilização dos valores da Tabela de Preços de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) é adequada. Pois, trata-se de um referencial utilizado nacionalmente em serviços de engenharia consultiva, que abrangem diversas áreas e funções complementares à execução de obras.

O estudo e desenvolvimento da metodologia para definição de custos referenciais da engenharia consultiva no âmbito do DNIT foram realizados pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa (DPP), em conjunto com a Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes (CGCIT), com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, por meio do Contrato nº 559/2018. O processo contou com a colaboração das áreas técnicas do DNIT, bem como da sociedade civil, por meio de consultas públicas e da atuação da Câmara Técnica de Desenvolvimento de Nova Metodologia de Engenharia Consultiva.

A Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020, instituiu a tabela de preços de consultoria do DNIT. De acordo com a metodologia adotada para a construção desta tabela, os salários de referência para a mão de obra da engenharia consultiva foram obtidos a partir do tratamento da base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério da Economia, que provêm dos registros de admissões e desligamentos de trabalhadores com carteira profissional, referentes ao período de um ano, para todo o Brasil.

No tratamento dos dados, foram considerados apenas os trabalhadores cuja jornada de trabalho semanal estivesse entre 40 e 44 horas, sendo desprezados os valores inferiores ao salário mínimo nacional. Além disso, foram eliminados os registros com remuneração abaixo do piso aplicável às categorias abrangidas pela Lei nº 4.950-A/66, e os valores inferiores aos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva – SINAENCO foram substituídos, garantindo conformidade com os parâmetros legais e normativos. Para evitar distorções decorrentes de salários excepcionalmente elevados, foi aplicado um corte superior, definindo o teto salarial como a média da categoria acrescida de cinco vezes o desvio padrão.

Além disso, com o objetivo de estabilizar os dados, a metodologia prevê o abrandamento dos salários por meio da aplicação da média móvel aritmética. Desse modo, após a obtenção dos salários de referência, foi calculada a média móvel aritmética considerando os 3 (três) últimos resultados.

Dessa forma, a Tabela de Consultoria do DNIT representa uma referência técnica consolidada para a estimativa de valores de orçamento em engenharia consultiva, refletindo de forma adequada os padrões de remuneração praticados no mercado e garantindo confiabilidade na composição de custos para a contratação proposta. A adoção de um referencial público e consolidado como o do DNIT confere maior segurança e transparência, evitando subjetividade na definição de salários. Diante do exposto, conclui-se que, salvo melhor juízo, sua utilização é uma condição essencial, razoável e necessária para assegurar a contratação de um serviço de alta especificação técnica, mitigar riscos e garantir a proteção do patrimônio público, bem como a eficiente aplicação dos recursos.

De fato, embora o §2º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 estabeleça que, nos processos licitatórios para contratação de obras e serviços de engenharia, o valor estimado deve ser definido prioritariamente por meio da utilização de composições de custos unitários iguais ou inferiores à mediana do Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, verifica-se que tais sistemas não contemplam de forma adequada a totalidade dos perfis profissionais necessários à execução dos serviços previstos nesta contratação. Isso ocorre porque a presente contratação possui natureza predominantemente vinculada à engenharia consultiva e ao apoio técnico à fiscalização, cujos perfis profissionais e atribuições diferem daqueles usualmente contemplados nos sistemas referenciais voltados à execução de obras. Dessa forma, conclui-se que a utilização de tabelas referenciais específicas de engenharia consultiva constitui parâmetro mais aderente à realidade do objeto contratado, garantindo maior precisão na estimativa de custos e observância aos princípios da eficiência, razoabilidade e economicidade.

Inicialmente, observa-se que o SINAPI e o SICRO não possuem composições específicas para determinados profissionais previstos no Termo de Referência, como Geólogo Pleno e Secretário Administrativo, cujas atribuições estão diretamente relacionadas à execução de serviços técnicos de apoio à



fiscalização de obras. A inexistência de referências diretas nesses sistemas inviabiliza sua utilização como parâmetro adequado para estimativa de custos desses profissionais.

No caso do profissional de apoio classificado como Auxiliar Técnico, verifica-se que o SINAPI apresenta o item Auxiliar de Serviços Gerais (41071 – SINAPI). Contudo, conforme descrito na ficha técnica do referido insumo no SINAPI, suas atribuições consistem em: *executar serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; conservar vidros e fachadas; limpar recintos e acessórios; tratar de piscinas; e realizar suas atividades seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente*. Observa-se, portanto, que tais atribuições estão associadas a atividades de manutenção predial e apoio operacional à execução direta de obras, aproximando-se mais das funções desempenhadas por auxiliares de execução de obras ou serventes, não guardando correspondência com as atividades previstas para o Auxiliar Técnico em serviços de engenharia consultiva, conforme definido no escopo desta contratação. Dessa forma, evidencia-se a inadequação da utilização desse insumo do SINAPI como referência para estimativa de custos do profissional requerido.

Em relação ao profissional de Técnico de Obras, o Termo de Referência admite formações como Técnico em Mineração, Técnico em Sondagem, Técnico em Meio Ambiente ou Técnico em Edificações. O SINAPI contempla referências para Técnico em Edificações (40946 – SINAPI) e Técnico de Sondagem (41092 – SINAPI). Para fins de análise comparativa, foi realizada comparação com o profissional de maior custo dentre aqueles compatíveis com o perfil solicitado, qual seja, o Técnico de Sondagem, verificando-se que os valores constantes nas tabelas de engenharia consultiva adotadas como referência mostram-se compatíveis ou inferiores aos praticados no SINAPI.

CATEGORIA	TABELA CONSULTORIA DNIT - 10/2025	CCT 2025/2026 SINDPEC/SINANENCO 05/2025	SICRO/SINAPI 10/2025	
GEÓLOGO PLENO	R\$ 14.429,37	R\$ 3.794,70	R\$ -	
TÉCNICO DE OBRAS	R\$ 3.352,55	R\$ 2.238,60	R\$ 3.062,83 R\$ 4.495,92	40946 SINAPI NÃO DESONERADO 41092 SINAPI NÃO DESONERADO
AUXILIAR	R\$ 1.732,51	R\$ 1.568,70	R\$ 1.574,13	41071 SINAPI NÃO DESONERADO
SECRETÁRIA	R\$ 2.976,40	R\$ -	R\$ -	

Com efeito, o Tribunal de Contas da União (TCU), em seu Manual de Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas, ao responder sobre as fontes referenciais para a obtenção de salários, esclarece que, além do SINAPI e do SICRO, existem outras tabelas de referência aplicáveis aos serviços de engenharia consultiva, destacando-se as tabelas do DNIT, da Sabesp e da Codevasf, bem como, a possibilidade de utilização de convenções coletivas de trabalho para a pesquisa de salários referenciais.

Ademais, em conformidade com o Manual do TCU previamente citado e com práticas adotadas em contratações análogas pela Codevasf, foi implementada a metodologia baseada em coeficientes multiplicadores, denominados “fator K” e TRDE (Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos), em substituição à aplicação direta do BDI. Para a determinação dos percentuais relativos a PIS, COFINS e ISS, bem como do limite superior para administração central e remuneração bruta da empresa (lucro), adotou-se a Tabela de Preços de Consultoria do DNIT – BDI (Outubro/2025). No que tange à tributação, observou-se a

recomendação do TCU quanto à aplicação de redução de 20,00%, considerando a variabilidade dos tributos em função da composição e do perfil dos dispêndios da contratada.

Para as demais estimativas de custos, incluindo, diárias, aluguel de veículos e imóveis, GPS, sistema de rastreamento, perfilagem óptica, análises físico-químicas e bacteriológicas da água, mobiliário e despesas diversas de escritório, foram adotados como referência a Tabela de Preços de Consultoria - Tabela 2 - Custos de imóveis, mobiliário, cestas de instalações e custos diversos (Outubro/2025), ORSE (Novembro/2025), EMBASA (Junho/2025), pesquisas de mercado, norma de custeio de viagem da Codevasf, tabela FIPE (Dezembro/2025) e, complementamente, composições de preços unitários. Ressalta-se que, embora o Decreto nº 7.983/2013 preveja a priorização das tabelas SINAPI e SICRO, estas não contemplam os insumos e serviços mencionados, por esses tratarem de elementos específicos de contratos de engenharia consultiva

As datas de referência das tabelas utilizadas são as mais atualizadas e vigentes quando da elaboração da Planilha de Custos do Orçamento de Referência.

A licitante deverá observar na apresentação de sua proposta, o que prevê o Art. 5º do Decreto nº 12.174/2024 e o ACÓRDÃO Nº 1207/2024 – TCU – Plenário.

#### **DIVULGAÇÃO DO VALOR ORÇADO:**

De modo a servir de referência para os licitantes, faz-se relevante a divulgação do orçamento estimado pela Codevasf, conforme o determinado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão nº 1502/2018 Plenário “Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 proibição absoluta à revelação do orçamento.”

#### **ANÁLISES DE CUSTOS:**

Os custos foram analisados por profissional responsável que emitiu parecer, conforme Regulamento Interno de Contratos e Licitações (RILC) em seu Art. 29 que estabelece que “para a contratação de obra ou serviço de engenharia, o procedimento de pesquisa de preços a ser realizado nas licitações deverá observar as determinações normativas em vigor, notadamente a Lei nº 13.303/2016, e, subsidiariamente, no que couberem, as disposições deste Regulamento e demais normativos internos, bem como o Decreto nº 7.893/2013, de 08 de abril de 2013”.

Foram utilizados como base de referência a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2025/2026 do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAENCO) e do Sindicato dos Empregados de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado da Bahia (SINDPEC) e Tabela de Preços de Consultoria – Relatório de Consolidação de Custos de Mão de Obra (Outubro/2025), para os custos relativos à mão de obra, considerando os valores das categorias profissionais que compõem o módulo; Tabela de Preços de Consultoria do DNIT - Benefícios e Despesas Indiretas - BDI (Outubro/2025) e Tabela de Preços de Consultoria - Tabela 2 - Custos de imóveis, mobiliário, cestas de instalações e custos diversos (Outubro/2025), para os custos de insumos do apoio técnico, já inclusos os custos indiretos, encargos totais (sociais, complementares e adicionais), taxas, impostos e emolumentos. Para os serviços e insumos não constantes nos sistemas de custos citados anteriormente, foram adotadas as tabelas de

referência ORSE (Novembro/2025) e EMBASA (Junho/2025). Além disso, foram efetuadas pesquisas de mercado, Composição de Preços Unitários, tabela de diárias da Codevasf e tabela FIPE (Dezembro/2025).

#### **MODALIDADE LICITATÓRIA:**

A Codevasf por ser uma Empresa Estatal é regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, essas regulamentam os procedimentos licitatórios e contratuais, no que couber, em especial, quanto à operacionalização do pregão eletrônico e licitações eletrônicas.

O serviço a ser contratado possui natureza não continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, e tem por finalidade subsidiar tecnicamente a Administração nas atividades de acompanhamento, controle, verificação da conformidade e aferição da qualidade da execução de obras e serviços relacionados à perfuração e à instalação de poços tubulares.

Embora o objeto apresente elevada especificidade técnica, inerente à área de hidrogeologia, demandando a atuação de profissionais especializados, o serviço pode ser classificado como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade são passíveis de definição objetiva no ato convocatório, por meio de especificações usuais de mercado e/ou de instruções normativas da Codevasf, entendimento este que encontra respaldo no art. 14, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, a qual estabelece que, independentemente da complexidade do serviço, este poderá ser enquadrado como comum desde que seja possível definir objetivamente os padrões de desempenho e qualidade.

Ademais, o objeto enquadra-se no art. 6º, inciso XXI, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual serviços comuns de engenharia correspondem “todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens”.

Assim, a modalidade de licitação escolhida é o Pregão Eletrônico, sendo compatível com o objeto que se pretende contratar, de acordo com a Lei nº 14.133/2021. Além disso, cabe registrar que a Lei nº 13.303/2016 prevê no Art. 32, inciso IV, a “adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”. Essa adoção preferencial ao pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns estende-se, inclusive, aos de engenharia, conforme Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf (RILC), em seu Art. 4º, inciso V.

#### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço, Conforme art. 11 do Decreto 11.462/2023. Justifica-se esse critério de julgamento considerando que parcela relevante do custo da contratação está associada à mão de obra, cujos limites inferiores dos valores estão vinculados a pisos salariais definidos em lei, acordos ou dissídios coletivos. Dessa forma, descontos lineares poderiam levar a valores inferiores aos pisos salariais o que não é permitido. Desta forma o critério de menor preço é o mais adequado para garantir a competitividade, a economicidade e o cumprimento da legislação trabalhista vigente.



### **MODO DE DISPUTA:**

Aberto, conforme art. 56 da Lei nº 14.133/2021. Esse modo de disputa favorece a ampla competitividade entre os licitantes, possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração por meio de lances sucessivos e transparentes e está alinhada ao critério de julgamento de menor preço, cuja utilização veda a adoção isolada do modo de disputa fechado, conforme § 1º do referido artigo.

### **DIFERENÇA MÍNIMA ENTRE OS LANCES:**

Conforme art. 57 da Lei 14.133/2021, poderá ser estabelecido intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta. O valor do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 500,00 (quinhentos reais), visto que representa um valor razoável e proporcional à dimensão financeira do certame, garantindo a competitividade entre os licitantes e atendendo aos princípios da isonomia e da economicidade.

A Licitante deverá atentar à inexecutabilidade em sua proposta observando o §3º do art. 56 da Lei 13.303/2016.

### **REGIME DE EXECUÇÃO:**

Empreitada por Preço Unitário. Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas, o qual permite a medição e o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados e devidamente aprovados pela fiscalização designada. Ressalta-se que a estimativa dos quantitativos dos serviços apresenta grau relevante de imprecisão; dessa forma, a adoção do preço unitário assegura que o pagamento ocorra exclusivamente pelas quantidades efetivamente executadas, desde que atendidos os padrões de qualidade e desempenho exigidos. Tal regime garante a vantajosidade econômica da contratação para a Administração Pública e mostra-se adequado à execução de serviço comum de engenharia com probabilidade significativa de variação nos quantitativos inicialmente previstos.

O regime de execução de empreitada por preço unitário será utilizado devido à natureza do objeto que possui imprecisão de quantitativo, em consonância com o disposto no inciso I do art. 43 da Lei 13.303/16, que assim dispõe:

*“Art. 43. Os contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia admitirão os seguintes regimes:*

*I - empreitada por preço unitário, nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários”*

### **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO (SRP):**

O Sistema de Registro de Preços (SRP) é definido no inciso XLV, art. 6º, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado, atualmente, pelo Decreto nº 11.462/2023, conforme indicado art. 138 do RILC.

Dessa forma, a contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 3º, parágrafo único, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, considerando a existência de objeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional, bem como a necessidade frequente do serviço a ser contratado, em razão da recorrência das ações de perfuração e intervenção em poços sob responsabilidade da Superintendência. Essa frequência, contudo, não se confunde com a existência de demanda permanente por pessoal, uma vez que o serviço não substitui atividades típicas de cargos efetivos nem configura necessidade estrutural contínua da Administração, mas sim um incremento temporário, variável e contingencial do volume de serviços, associado a picos de execução de obras, celebração de convênios e execução de termos de compromisso, os quais oscilam conforme disponibilidade orçamentária, celebração de instrumentos e cronogramas de execução.

Ressalta-se que, segundo o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), a perfuração de poços artesianos é um exemplo de obra sem complexidade executiva que pode ser contratado por Sistema de Registro de Preços (SRP). Assim, é razoável concluir que o serviço de apoio à fiscalização dessas execuções possui natureza semelhante e, portanto, pode ser contratado pelo mesmo instrumento.

Com relação ao Sistema de Registro de Preços (SRP), o formato permite a possibilidade de contratações futuras, ou seja, reduz o número de licitações, ganho em escala nos preços e melhor gestão orçamentária dos recursos liberados durante o ano cível. Assim, a redução do número de licitações promove uma melhor eficiência da Administração Pública, permitindo a contratação imediata quando verificada a existência de uma necessidade administrativa, reduzindo a burocracia.

#### **DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP):**

Não será admitida a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), uma vez que o objeto possui caráter específico da Codevasf, sendo esta a única contratante, e considerando, ainda, a possibilidade jurídica de dispensa da divulgação da IRP, conforme § 1º, do Art. 86, da Lei nº 14.133/2021, e Art. 31 e §6º do Art. 32 do RILC.

#### **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

Será permitida adesões à Ata de Registro de Preços, obedecendo às orientações do decreto 11.462/2023. No entanto, essa adesão restringir-se-á às Superintendências Regionais e à Sede da Codevasf, visto que as características do objeto não apresentam oportunidade, conveniência e adequação para serem replicadas pelos demais órgãos e entidades da Administração Pública.

#### **NÃO OBRIGATORIEDADE DE VISITA:**

Acerca da finalidade da realização de visita técnica – também chamada de visita prévia – o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 4.968/2011 – Segunda Câmara, assim se manifestou:

*“A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se*

*futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais. Porém, é preciso reconhecer que a referida exigência limita o universo de competidores, uma vez que acarreta ônus excessivo aos interessados que se encontram em localidades distantes do local estipulado para o cumprimento do objeto. Em virtude disso, para que a visita técnica seja legal, é imprescindível a demonstração da indispensabilidade de sua realização para a perfeita execução do contrato”.*

Diante da natureza do objeto, mostra-se desnecessária a realização de visita técnica, seja obrigatória, agendada ou por meio de autodeclaração. O Tribunal de Contas da União firmou entendimento no sentido de que tal exigência somente se justifica em situações excepcionais, quando a complexidade ou a natureza do objeto assim o demandarem. No caso concreto, o objeto possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, suficientes para a adequada formulação das propostas, não se mostrando necessária a exigência de visita técnica.

#### **DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE COM O PLANO PLURIANUAL:**

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo de 12 (doze) meses, conforme estabelecido no Termo de Referência, com previsão de recursos orçamentários compatível, nos termos do Plano Plurianual.

A Codevasf atua na promoção do desenvolvimento regional integrado e sustentável nas bacias hidrográficas sob sua competência, com foco na redução das desigualdades regionais. No âmbito da infraestrutura hídrica, a Companhia desenvolve ações voltadas à ampliação e à universalização do acesso à água e ao saneamento, em consonância com as políticas de convivência com a seca e com o aprimoramento das operações hidroagrícolas. Essas ações estão alinhadas ao Planejamento Estratégico 2025–2030, que estabelece como objetivo estratégico a universalização do acesso à água e ao saneamento (OE8), incluindo a perfuração e instalação de poços tubulares para múltiplos usos, bem como ao Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, especialmente ao programa temático de Recursos Hídricos (2221).

Ressalta-se, ainda, que, no caso de adoção do Sistema de Registro de Preços, aplica-se o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.462/2023, “a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil”.

#### **ASPECTOS AMBIENTAIS:**

Para a execução do objeto deste Termo de Referência, não será exigido licenciamento ambiental, por se tratar de intervenção de nenhum impacto ambiental.

#### **APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

O Termo de Referência deverá ser aprovado por ato da autoridade competente, mediante resolução a ser juntada aos autos do processo.

#### **JUSTIFICATIVA PARA O REAJUSTAMENTO:**

Justifica-se a adoção das regras do reajustamento de preços amplo (repactuação concomitante com reajuste) nesta licitação, por contemplar serviços de natureza não contínua com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de insumos e serviços diversos não relacionados a mão de obra, cabendo destacar que a partir de uma análise sistemática, a Comissão Permanente de Modelos de Licitações e Contratos da CGU/AGU, considera viável a combinação entre repactuação para os insumos relacionados à mão de obra e a adoção de índices específicos, setoriais ou gerais para reajustamento dos insumos e serviços a ela não relacionados, quando se tratar de regime com dedicação exclusiva de mão de obra, dispensando-se a Administração de realizar pesquisa, levando em conta os aspectos do art. 57, § 2º, da IN 05/2017, para demonstrar o aumento desses custos. Ou seja, é possível o uso concomitante do reajuste e da repactuação, desde que haja dedicação exclusiva de mão de obra e insumos e serviços não relacionados à mão de obra.

A repactuação dos custos de mão de obra do contrato visa à adequação aos novos preços de mercado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, mediante a demonstração analítica dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, conforme Termo de Referência. Para a repactuação da parcela referente aos custos de mão de obra, a Licitante deverá apresentar, em sua proposta de repactuação, cópia do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente, quando a data do orçamento se referir a alguns desses eventos. Em caso de omissão da Licitante na indicação da data desse evento, marco inicial para contagem do prazo de repactuação, prevalecerá a data de apresentação da proposta.

Os reajustes envolvendo insumos não decorrentes da mão de obra, tais como: veículos, custos de escritório, equipamentos, serviços gráficos e outros serão efetuadas com base no índice especificado no item 15.3 deste Termo de Referência, ou seja, o índice de código 157980 – FGV – Série 4 – Índice de Obras Rodoviárias - Consultoria (Supervisão e Projetos), encontrado na tabela de índices da FGV/IBRE, da revista “Conjuntura Econômica” publicado pela Fundação Getúlio Vargas, por se tratar do índice que melhor representa a correção do valor dos custos de insumos e serviços referentes a esta parcela que compõe os contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra que envolvem duas parcelas de custos na formação dos seus preços. Os custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta, conforme Art. 135, inciso I, da Lei 14.133/2021.

#### **QUANTITATIVO MÍNIMO PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

As exigências técnicas previstas neste Termo de Referência são indispensáveis para assegurar que a empresa vencedora possua a capacidade de executar os serviços de engenharia com a segurança e qualidade exigidas. Tais exigências visam à seleção de empresas que comprovem experiência, capacidade técnica e executiva adequadas à execução do objeto deste Termo de Referência. Ressalta-se que a Súmula nº 263 do Tribunal de Contas da União reconhece como legal a exigência de comprovação de execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços de características semelhantes, devendo tais exigências ser proporcionais à dimensão e complexidade do objeto. Nesse contexto, considerando que as principais atividades da Codevasf incluem pavimentação, obras civis, perfuração de poços e outros serviços correlatos, os critérios estabelecidos foram definidos como pertinentes à comprovação da capacidade

técnica da licitante, com quantitativos mínimos suficientes para garantir a expertise necessária à execução do contrato.

Com base nas experiências recentes da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, a exigência de comprovação de capacidade técnica equivalente a 30% dos serviços considerados mais relevantes constitui critério adequado e proporcional para aferir a aptidão das empresas licitantes. Trata-se de percentual amplamente adotado no âmbito da Companhia e amparado legalmente, em conformidade com o art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, que admite a exigência de atestados de capacidade técnica com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento).

Para este certame de 2026, a 6ª Superintendência Regional solicita que a licitante comprove a execução das quantidades mínimas dos serviços elencados no Termo de Referência, por atender as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, não restringindo o caráter competitivo da licitação, em consonância as recomendações do TCU, Súmula 263 e Acórdão 2924/2019 Plenário – TCU.

#### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:**

Considerando o previsto no art. 69, §2º da Lei 14.133/2021 e no item 11.2 do anexo VII-A da IN 05/2017, que expõe a possibilidade de adaptação dos critérios de qualificação econômico financeira, com requisitos diferenciados, diante da especificidade do objeto em relação aos serviços não continuados, a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante análise dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), todos com índice maior que 1 (um), conforme art. 24 da IN 03/2018, como também a Contratada deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, como permite o art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, no patrimônio líquido, o capital social é uma conta, que poderá ser somada a outros valores, como exemplo mais simples, ao lucro do exercício, ou diminuída dos prejuízos. Nesse raciocínio, a exigência de patrimônio líquido, em detrimento ao capital social, demonstra mais claramente a real situação econômica de uma empresa, pois existem casos de capital social elevado, mas com atividade econômica em que as perdas superam as receitas, gerando um patrimônio líquido negativo, ou passivo a descoberto.

A exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira justifica-se como medida para minimizar o risco de contratação de empresas sem capacidade de atender integralmente ao objeto do contrato. Com o objetivo de selecionar empresas economicamente qualificadas, esta Superintendência requer a apresentação da qualificação econômico-financeira nos termos anteriormente citados, ressaltando a necessidade de, em todos os casos, preservar a ampla competição no certame e evitar qualquer indício de direcionamento da licitação.

#### **PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:**

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de consórcio, tendo em vista que o objeto em questão não é considerado de alta complexidade ou vulto, sendo, portanto, improvável a geração de algum fator técnico, operacional ou econômico que venha privar a participação de empresas consideradas do ramo para execução do presente objeto.



### **PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS:**

Não será permitida também a participação de cooperativas, uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço exige recursos técnicos específicos e uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia dos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 5/2017.

### **SUBCONTRATAÇÃO:**

Não será permitida a SUBCONTRATAÇÃO dos serviços objeto deste TR, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem licitantes de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.

### **JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO:**

O não parcelamento da contratação dos serviços comuns de engenharia para apoio técnico à fiscalização e supervisão na execução de contratos e convênios mostra-se a opção mais adequada sob os aspectos técnico, de gestão e econômico. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que os profissionais envolvidos possuem diferentes formações e especialidades e mantêm grau de dependência em suas atividades, atuando de forma integrada para atender às diversas demandas técnicas da Codevasf. A manutenção de uma equipe única permite coordenação contínua e uniforme das atividades, assegurando maior controle administrativo, cumprimento de cronogramas, observância de prazos e responsabilização concentrada pelo acompanhamento das ações, garantindo a entrega dos resultados com qualidade e consistência.

O fracionamento comprometeria a eficiência do gerenciamento, exigindo múltiplos coordenadores e equipes, diluindo responsabilidades, dificultando o acompanhamento uniforme e gerando custos adicionais com sobreposição de tarefas e encargos administrativos. Por outro lado, a contratação integral preserva a economia de escala, sem comprometer a competitividade, considerando a existência de diversas empresas com capacidade técnica e experiência comprovada para atender integralmente às demandas da administração.

Para garantir flexibilidade operacional e adequada utilização dos recursos, o objeto será estruturado em módulos mínimos, com possibilidade de contratação de módulos adicionais conforme a necessidade da Superintendência e a disponibilidade orçamentária. Essa configuração preserva a ampla concorrência e otimiza a eficiência operacional.

### **PROJETO EXECUTIVO:**

As qualificações dos profissionais, bem como suas funções e atribuições, e todas as especificações dos serviços a serem executados pela equipe de apoio à fiscalização — incluindo supervisão técnica dos serviços, apoio à elaboração de projetos e suporte técnico-administrativo na execução de contratos e convênios — que constam neste Termo de Referência e em seus anexos, constituem o Projeto Executivo do objeto a ser licitado.

### **GARANTIA DO OBJETO:**

A garantia do objeto deverá obedecer a legislação e normativos dos Conselhos Técnicos, com emissões das Anotações, Registro e/ou Termo de Responsabilidade Técnica, para todos os trabalhos técnicos produzidos, garantido dessa forma a responsabilidade perante o objeto e segurança do trabalho. A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

#### **GARANTIA DA EXECUÇÃO (CAUÇÃO):**

Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, que deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do contrato, mediante apresentação de comprovante de prestação de garantia, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da Contratada. É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa Contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato. Demais informações serão apresentadas no Edital e Contrato.

De modo a garantir o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas dos contratos administrativos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, bem como para a segurança jurídica dos gestores e fiscais de contrato é recomendável a utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento por Fato Gerador, devendo a gestão optar pela forma que melhor se adequa às especificidades da contratação, de maneira justificada.

Destaque-se que o ANEXO VII-B da IN nº 5, de 26 de maio de 2017, apresenta DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO, prevê como obrigatório o cumprimento desta regra para atendimento do art. 18 da referida Instrução Normativa. Além disso, a Lei 14.133/21 em seu art. 121, parágrafo 3, inciso III, disciplina o dever de utilização da Conta-Depósito Vinculada para a contratação de serviços terceirizados continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, justificando assim o seu uso na presente licitação, o que demonstra a intenção de salvaguardar o empregado e a própria Administração Pública quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas. Por essa razão, cabe observar os citados dispositivos a seguir: Art. 121 da Lei 14.133/2021 e Art. 17 e 18 da Instrução Normativa 05/2017.

#### **MATRIZ DE RISCO:**

Entende-se Matriz de Riscos como sendo uma ferramenta de gerenciamento utilizada para identificar e determinar o tamanho de um risco e possibilitar as ações de impedimento ou controle. Sua utilização se faz necessário em obras e serviços de engenharia sempre que o objeto apresentar elevada complexidade ou riscos durante sua execução. Dessa forma, levando em consideração os riscos envolvidos ao longo da execução desse objeto, e não havendo impedimentos legais para aplicação deste instrumento, optamos pela sua utilização, conforme art. 69, inciso X da Lei 13.303/2016